

A insubmissão escrava: os anúncios de fuga no *Astro de Minas*

Elisa Vignolo Silva

Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.
e-mail: elivig@hotmail.com

Resumo: A existência de cativos foragidos, revoltas escravas e de quilombos no Brasil comprovam que nem sempre os mecanismos senhoriais de domínio dos escravos tiveram êxito. Mesmo que tenham sido relativamente poucos os escravos que de alguma forma demonstraram explicitamente sua insatisfação com a ordem instituída, a sua importância para o cotidiano das relações escravistas foi basilar. Os anúncios em periódicos de escravos foragidos são a principal fonte para o estudo desta modalidade de resistência. Em São João Del Rei, Minas Gerais, entre os anos de 1827 e 1844, foram publicados doze periódicos; dentre eles, optamos por estudar neste artigo os anúncios de escravos foragidos publicados pelo jornal *Astro de Minas*, por ter sido o periódico que circulou por um espaço de tempo maior, de 1827 a 1839.

Palavras-chave: 1. Escravos. 2. Fuga. 3. Insubmissão.

Abstract: The existence of fugitive slaves, as well as slave revolts and “quilombos” in Brazil can prove that lordly mechanisms of slave dominions were not always effectively successful. Even though was small the number of slaves that in a certain way demonstrated explicitly their dissatisfaction with the social order, their importance for the daily life of slave relations was fundamental. The announcements of fugitive slaves in journals are the main source for the study of this kind of resistance. In São João del Rey, Minas Gerais, between 1827-1844, 12 journals were published; among them, we decided to study in this paper the announcements of fugitive slaves in the *Astro de Minas*, because this journal was published in a longer time, between 1827-1839.

Key-words: 1. Slaves. 2. Flight. 3. Disobedience

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia da gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

(ASSIS, Machado de. Pai contra mãe, in: *50 Contos de Machado de Assis*. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 467).

A existência de revoltas escravas, cativos foragidos e de quilombos comprovam que nem sempre os mecanismos paternalistas dos senhores de domínio de seus escravos tiveram êxito. Mesmo que tenham sido poucos os escravos que de alguma forma demonstraram explicitamente sua insatisfação com a ordem instituída, a sua importância para o cotidiano das relações escravistas foi inequívoca.

Como podemos perceber, a sociedade do período estudado tinha uma organização que privilegiava a conservação da ordem escravista e, ao garantir o direito a propriedade na constituição de 1824, assegurou o poder privado dos senhores sob seus cativos. De acordo com Eduardo Silva, a principal forma de os escravos demonstrarem sua oposição ao direito de propriedade dos senhores eram as fugas: “a unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram as fugas. Para um produtor direto definido como ‘cativo’, o abandono do trabalho é um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade” (SILVA 2005, p. 62).

Deste modo as ocorrências de fugas de escravos desafiaram a organização estabelecida, e demonstram, ao mesmo tempo, que os diversos cativos de um mesmo plantel podem ter entendido de forma distinta aos demais a relação paternalista estabelecida com seus senhores. Outra hipótese a ser considerada é o fato de o senhor, que teve seu escravo foragido, ter negligenciado certos aspectos da ideologia paternalista que poderiam ter garantido o bom governo sobre seus escravos. Assim, pensamos que ao analisar as fugas escravas poderemos trazer mais uma peça a fim de montar o mosaico das relações paternalistas estabelecidas entre senhores e escravos.

Os periódicos são praticamente a única fonte em que podemos encontrar o registro das fugas de escravos.¹ Em São João Del Rei, entre os anos de 1827 e 1844, foram publicados doze periódicos (ver CAMPOS, 1998); dentre eles, optamos por estudar os anúncios de escravos foragidos publicados pelo jornal *Astro de Minas*. Esta escolha deve-se ao fato de este ter sido o primeiro periódico, e o que circulou por um espaço de tempo maior, de 1827 a 1839, além do que a maioria de seus exemplares foi preservada pela Biblioteca Nacional.

O *Astro de Minas* era impresso na tipografia de Batista Caetano de Almeida, cidadão importante da sociedade são-joanense, sendo, inclusive, o fundador da primeira biblioteca pública de Minas Gerais (ver VELLASCO, 2004). O redator do *Astro de Minas* era o Padre José Antônio Marinho, que teve sua instrução nos seminários brasileiros, e não em Portugal, fato que provavelmente contribuiu para sua postura política liberal.² Além deste periódico, Marinho também redigiu o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, o *Oposição Constitucional* e o *Americano* (MOREIRA, 2006, p. 58-61).

O *Astro de Minas* tinha tiragens às terças, quintas e sábados e, em geral, cada jornal apresentava quatro páginas. Os avisos ficavam na última página do periódico e anunciavam assuntos diversos, como a venda de escravos e de moradas, o extravio de animais e, principalmente, os avisos de escravos foragidos. Estes últimos geralmente continham o nome do proprietário, a idade do escravo, o local de onde fugiu, quando fugiu, sua etnia, ocupação, suas características físicas, tais como marcas e ferimentos e a roupa que provavelmente vestia no dia em que sumiu. Ao final do anúncio, além de acrescentar informações diversas, o senhor geralmente prometia pagar os custos de quem capturasse o foragido e por vezes prometia gratificações. Vejamos um exemplo de aviso:

A Antonio Teixeira Pinto morador em Pouso Alto fugiu um escravo crioulo de nome Vicente, idade 22 a 25 anos, estatura alta, cara comprida, e grande, nariz chato dentes arruinados, fala fina; fulla, pés grandes, tem um sinal em uma das sobrancelhas. Quem delle souber queira remetter a seo Sr, que dará alviçaras alem das despesas.³

¹ Exemplo de autores que trabalharam com essa modalidade de fonte: FREYRE, 1963; MOTT, 1986; REIS, 1993; SCHWARCZ, 1987.

² Para saber mais sobre a posição política da imprensa em Minas Gerais, ver: MOREIRA, 2006.

³ *Astro de Minas*, n.º 612, quinta-feira, 27/10/1831.

Acreditamos que os anúncios eram um meio eficaz para trazer os cativos de volta, afirmativa que se baseia no fato de em praticamente todas as semanas de existência do *Astro de Minas* foi anunciado pelo menos um escravo foragido. No entanto, os periódicos não nos fornecem dados concretos para sabermos se os avisos de escravos foragidos ajudavam a localizar o fugitivo. Pudemos constatar alguns avisos de agentes das cadeias informando que haviam sido capturados e presos escravos foragidos. Por exemplo: “Acha se na Cadeia de Tamanduá hum negro inda boçal de nome José Nação Cassange, estatura pequena, delgado de corpo, rosto comprido, olhos pequenos, sem barba; e diz que seu Senhor chama-se Manoel Ferreira, foi apanhado no distrito de [Uberaba].”⁴ Também foi localizado um aviso do proprietário do escravo fugitivo comunicando, a quem estivesse em busca de seu cativo, que já o havia localizado:

Antonio Francisco Teixeira Coelho faz ciente aos seus agentes que dirigiu para os sertões em diligência de prenderem um escravo do mesmo que lhe fugira em principio de agosto p.p. que este já se acha preso e desta mesma parte aos seus amigos que nesta diligência se havia empenhado.⁵

Por intermédio dos avisos também pudemos perceber que havia uma ajuda mútua entre os senhores escravistas para capturarem os foragidos. Existem alguns anúncios em que os senhores sequer registram a promessa do pagamento das despesas com a captura do escravo, como é o caso de Antonio José Pacheco, que mesmo sendo seu escravo um alfaiate, não prometeu recompensas nem mesmo o pagamento das despesas com a captura ou informações sobre seu escravo.⁶ Já D. Teresa de Jesus Pinto pede por caridade que lhe deem notícias de sua escrava já um tanto idosa que lhe havia fugido, prometendo em troca, “agradecer segundo suas possibilidades.”⁷ O mais frequente eram os avisos em que havia a promessa de pagar somente as despesas com a captura. Mesmo assim, houve senhores que prometeram gratificações generosas, como podemos perceber neste aviso: “o abaixo assinado administrador da dita Fazenda se compromete a dar alviçaras 40\$000 rs., além de pagar as despesas, a quem o apresentar na mesma Fazenda, ou preso em qualquer Cadeia – Francisco dos Antunes Guimarães.”⁸

O Capitão João Pedro Diniz Junqueira avisou, em abril de 1829, que tinha um escravo pardo de nome Domingos, de 18 a 20 anos, foragido. Junqueira pediu a quem o encontrasse que o devolvesse e se assim o fizesse receberia além das despesas, 20 réis de gratificação.⁹ Embora não dê para saber se esse senhor recapturou seu escravo, pudemos perceber, em outro aviso, feito alguns meses depois pelo mesmo Cap. Junqueira, sua solidariedade com outro proprietário que também teve um escravo foragido:

Apareceu na [Treituba] um moleque novo, que apenas diz que seu Sr. chama-se Estevão, e que mora longe, é de estatura baixa, ponta de buço, e tem uma falta de cabelo em um lado da cabeça, e chama-se José, foi preso no Angahi fazenda do Coronel João Pedro Diniz Junqueira, quem for seu dono queira mandar procurá-lo.¹⁰

⁴ *Astro de Minas*, n.º 740, sábado, 25/08/1832.

⁵ *Astro de Minas*, n.º 1094, quinta-feira, 20/11/1834.

⁶ *Astro de Minas*, n.º 822, quinta-feira, 07/03/1833.

⁷ *Astro de Minas*, n.º 678, quinta-feira, 29/03/1832.

⁸ *Astro de Minas*, n.º 900, terça-feira, 20/08/1833.

⁹ *Astro de Minas*, n.º 215, quinta-feira, 02/04/1829.

¹⁰ *Astro de Minas*, n.º 320, sábado, 05/12/1829.

Além do Cap. Junqueira, outros senhores anunciaram em folha pública ter localizado um escravo de outro proprietário. Vejamos o seguinte aviso:

No dia 11 de Março apareceram em casa do Cap. João Rodrigues Correa de Barros morador na fazenda da Lagoinha Freguesia de Baependy dois escravos novos, os quais não sabem dizer de quem são, por não saberem bem falar, um de nação Cabinda, e outro Congo, quem for seu dono pode procurá-los, que se lhes entregará dando os sinais¹¹.

Hebe Mattos (1985) localizou nos processos-crime o registro da fuga de 23 escravos. A autora também constatou o comprometimento da sociedade, como um todo, para a captura de um escravo foragido. Vejamos as palavras da autora:

O comprometimento dos demais homens livres com a legitimidade do sistema era outra face da violência escravista. Além dos capitães do mato, ainda na década de 1850, ficou registrado, nos processos analisados, o contínuo engajamento de lavradores e de seus filhos nas escoltas que buscavam escravos foragidos, escondidos nas paragens em que viviam. Não se tratava de agregados ou dependentes do senhor do cativo fugido, mas de engajamento dos homens válidos de municípios às vezes distantes, encarado como tarefa necessária e natural (MATTOS, 1985, p. 169).

Portanto, na frase recorrente nos avisos “quem delle souber queira remetter a seo dono,” já estão subentendidas tanto a fuga quanto a organização dos senhores na busca por seus escravos foragidos. Afinal, recapturar um escravo fugitivo significava muito mais do que sanar os prejuízos do senhor: serviria de exemplo aos demais cativos e poderia evitar novas fugas. Como a manutenção da ordem escravista era um interesse de todos os proprietários de escravos, podemos inclusive dizer que era função da sociedade como um todo a recaptura de um escravo fugido.

O auxílio aos senhores para recapturarem seus escravos podia vir, inclusive, de regiões distantes, como é o caso do seguinte anúncio:

Acha-se na Cadeia da Cidade de Cuiabá Província de Mato-Grosso um homem pardo de nome Venâncio, estatura ordinária, e alguma barba: o qual sendo preso pela Patrulha de Polícia a 22 de Dezembro de 1832 declarou ser escravo de Joaquim Thomaz de Aquino morador no Rio Grande nas Lavras do Funil da Província de Minas Gerais. Portanto faz-se o presente anúncio para que chegando a noticia a seu Senhor, este o mande receber apresentando documento que o habilite.¹²

Na sociedade estudada houve uma solidariedade, uma ajuda mútua entre os senhores de diversas regiões a fim de preservar a ordem escravista. Entretanto, a frequente fuga escrava, evidente por meio da recorrência de avisos de cativos foragidos, demonstra que mesmo envoltos em diversos mecanismos de dominação os escravos não deixaram de fugir, e às vezes até para regiões distantes, como foi o caso do escravo do anúncio acima.

Possivelmente muitos dos proprietários nunca chegaram a ver novamente seus escravos, fato que pode ser constatado nos avisos em que os senhores mencionam que procuram há muitos anos seus cativos desaparecidos: “A Melquiadeo José da Silveira

¹¹ *Astro de Minas*, n.º 215, quinta-feira, 02/04/1829.

¹² *Astro de Minas*, n.º 917, sábado, 28/09/1833.

Ferraz fugiu há sete anos o escravo José nação Moçambique;¹³ “A Domingos José Dantas de Amorim fugiu há quatro anos o crioulo Florêncio;”¹⁴ “Haverá uns cinco anos, que fugiu do Padre Julião Antonio da Silva Resende o escravo Joaquim Ventura, preto da Costa;”¹⁵ “Há mais de ano que o Coronel Severino [Eulogio] Ribeiro não vê seu crioulo Alexandre.”¹⁶

A fuga de um escravo, mesmo que por um período curto, certamente significava um prejuízo tanto para a economia quanto para a autoridade do senhor escravista. Os proprietários, provavelmente, lançaram mão de práticas paternalistas concedendo certos benefícios aos escravos, para que estes permanecessem submissos no cativeiro. Visto dessa forma, a fuga de um escravo de determinada fazenda pode ter ajudado aos cativos que lá ficaram a reivindicar melhores condições dentro do cativeiro,¹⁷ ou mesmo a fuga podia ser uma estratégia do escravo de reivindicar algo que seu senhor não lhe queria conceder. Sobre este último aspecto, vejamos as palavras de Hebe Mattos:

Os outros cinco casos são de fugitivos que não foram capturados, nem se mencionam escoltas a procurá-los. Voltam espontaneamente à casa de um padrinho, levando reivindicações para evitar uma venda que não lhes agrada, para forçar uma outra a um senhor que lhes interessa, ou para forçar a compra de sua alforria a herdeiros que, a princípio, a isto se opunham. Nestes casos, as fugas não são uma estratégia direta para a liberdade de fato, ou seja, eles não buscam sumir definitivamente da vista do senhor, mas simplesmente colocar-se em posição melhor para influenciar seus próprios destinos, colocados em xeque por ameaças de venda ou por morte de senhor (...). (MATTOS, 1985, p. 170).

No entanto, devido às especificidades de cada sujeito escravo, não podemos afirmar que melhor condição de cativeiro garantiria a submissão dos escravos. Dessa forma, as revoltas, a fuga, assim como os quilombos, que provavelmente eram o destino dos escravos foragidos,¹⁸ demonstram o cativo agindo com vontade própria e desafiança à ordem estabelecida.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império, in: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novaes; org. do vol. 2: Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Dissertação de mestrado, 1996.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

¹³ *Astro de Minas*, n.º 784, quinta-feira, 06/12/1832.

¹⁴ *Astro de Minas*, n.º 808, sábado, 02/02/1833.

¹⁵ *Astro de Minas*, n.º 1034, quinta-feira, 03/07/1834.

¹⁶ *Astro de Minas*, n.º 918, terça-feira, 01/10/1833.

¹⁷ A esse respeito, Eduardo Silva divide as fugas em fugas reivindicatórias e fugas rompimento (SILVA 2005, p. 63).

¹⁸ Hebe Mattos, ao verificar nos processos em que o escravo era recapturado, constata que até 1850 os escravos geralmente fugiam para o mato; após esta data os escravos fugitivos se passavam como homens livres usando documentos falsificados. (MATTOS, 1985, pp. 170-171).

CAMPOS, Maria Augusta de Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João Del Rei e São José do Rio das Mortes*. 1998. Dissertação (Mestrado) – FAFICH/UFMG, 1998.

CARDOSO, Ciro F. S. A brecha camponesa no sistema escravista, in: *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de Família e Direitos no final da Escravidão, in: *História da vida privada no Brasil: Império*. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novaes; org. do vol. 2: Luiz Felipe de Alencastro. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *As cores do silêncio: significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica, in: *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Org. João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (Coleção Descobrimos o Brasil).

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, 1999.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais – São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRIMBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX, in: LARA, Sílvia Hunoldt & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direito e Justiça no Brasil*:

ensaios de História Social. Campinas: Editora da UNICAMP/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2006.

LARA, Sílvia Hunoldt. *Campos da Violência – escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rei em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n.1/2, jan/dez. 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, C. F. Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG. Dissertação de Mestrado, 2006.

MOTT, Luiz. *Os escravos nos anúncios de jornal em Sergipe*. Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Vol.1 1986.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, v. 28, dez. 1995-fev. 1996, pp. 14-39.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Liana Maria. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Departamento de História/FAFICH/UFMG, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru: EDUSC, 2004.

Jornal

Biblioteca da Fundação de Ensino Superior (FUNREI/ São João Del Rei). *Astro de Minas*, caixas: 17, 19, 20, 21.